



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO
SECRETARIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO DAS CÂMARAS TEMÁTICAS

CÂMARA TEMÁTICA DE CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO - CTCTA

Ajuda-Memória 5ª reunião

*Reunião do GT criado para formatar o Termo de Referência para o
Seminário “FORMAS DE PROTEÇÃO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL
ASSOCIADO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS”.*

Local: Prédio da Superintendência do IBAMA, 6º andar, sala 602
Reunião realizada em 13 de agosto de 2002, das 9h30min às 12h30min.

Estiveram presentes os representantes do **Ministério da Cultura** (Ana Julieta), **Fundação Palmares** (Edi Freitas de Paula), e as especialistas **EMBRAPA** (Simone N. Ferreira), **CNPq** (Elisa Furtado), **Instituto Socioambiental — ISA** (Nurit Bensusan, Laurel Firestone e Ticiane Imbroisi, também representando a **Rede Mata Atlântica**). Da Secretaria-Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético — CGEN, a coordenadora das Câmaras Temáticas Ligia Camargo e os técnicos Cristina Azevedo, Ana Gita de Oliveira, Jorge Eudes e Inácio de Loiola.

Ligia Camargo comentou sobre a possibilidade de extensão da Câmara de Conhecimento Tradicional Associado para a participação de várias Organizações Não-Governamentais, encaminhada quando da última reunião do CGEN. Foi informado que o Secretário Executivo enviou convite às entidades propostas, mas não obteve resposta de nenhuma delas ainda.

Surgiu a indagação de como se daria a participação de pessoas que não são conselheiros nas CTs, ficando entendido que o CGEN deliberou pela participação por meio de convite às entidades para que indicassem seus participantes e que, a partir daí, foi feito o convite pelo Secretário Executivo. A Conselheira Edi de Freitas perguntou à representante do ISA de quem havia partido o convite sendo respondido que foi convidada pelo Secretário Executivo.

Na seqüência, os presentes passaram a formulação do Termo de Referência para elaboração do Seminário sobre “*Formas de Proteção do Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios*”. Modificações de forma propostas e aceitas, encaminhadas a partir das observações da Coordenadora da Câmara de Conhecimento Tradicional, Ana Julieta.

Nurit Bensusan informou que o ISA fará seminário sobre conhecimentos tradicionais em setembro, no mesmo período, inicialmente, proposto para o seminário da Câmara (17 a 19-9-2002). O tema do seminário do ISA é a Proteção dos Conhecimentos Tradicionais e Consentimento Prévio Fundamentado, com um foco muito claro: elaborar

uma proposta de proteção dos conhecimentos tradicionais, seja o regime “*Sui Generis*”, que “ninguém sabe o que é direito”, seja outro qualquer. Informou, detalhadamente, a programação, as mesas e os convidados para os debates, participando aos presentes que a técnica da SECEX/CGEN, Cristina Azevedo, estará presidindo a mesa referente ao tema *Consentimento Prévio Fundamentado e Repartição de Benefícios: mecanismos existentes e alternativas*, no dia 18 de setembro.

Continuando sua fala, a representante do ISA e da Rede Mata Atlântica comentou, também, que a Universidade de São Paulo pretende realizar, talvez no final do mês de outubro ou no início do de novembro, um seminário com temas afetos ao objeto do CGEN.

Sugeriu que a técnica da SECEX/CGEN, Cristina Azevedo, poderia dar mais detalhes, o que foi feito, e sendo informado, então, que tal Seminário está sendo organizado por um professor visitante alemão e terá como tema, no primeiro dia, os *Recursos Biológicos Básicos: como regular o acesso sem paralisar a pesquisa*, um tema mais afeto à Câmara de Procedimentos Administrativos; no segundo dia, o tema é *Repartição de Benefícios*, este sim um tema que tem muito a ver com a Câmara de Conhecimento Tradicional Associado. O Seminário da USP está num estágio bem mais embrionário do que o do ISA e, segundo Cristina Azevedo, ela crê que provavelmente ele não ocorrerá neste ano.

Edi Freitas considerou que, se os dois seminários ocorreriam antes do seminário da Câmara, eles poderiam fornecer elementos para a discussão. Na sua visão, o seminário proposto pela CTCTA manteria os objetivos já definidos no Termo de Referência que deveria estar sendo discutido nesta reunião. Sugeriu que na ocasião seria lançada uma cartilha que facilitasse a compreensão da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, feita antes do seminário sobre a legislação e principais pontos que deveriam ser conhecidos pelas comunidades locais, sociedades indígenas, etc o domínio da legislação vigente sobre a proteção do Conhecimento Tradicional Associado.

A partir daí, a discussão que predominou tratava de como determinar o foco do seminário, que estava bem abrangente no Termo de Referência.

Cristina Azevedo lembrou ainda que não está claro que a Secretaria-Executiva deveria desenvolver o trabalho de chegar até as comunidades e, em sua opinião, o Plenário deveria deliberar acerca dessa idéia. Ponderou que, no seu ponto de vista, entidades como FUNAI, Fundação Palmares, IBAMA, é que deveriam estar tratando dessa questão. Continuando sua fala, Cristina Azevedo sugeriu que tão importante quanto realizar o seminário é *determinar os temas complexos que seriam pertinentes à câmara e que se constituem verdadeiros “gargalos”*. Sugeriu aos presentes que um outro formato interessante de seminário seria o de trazer especialistas para discutirem, de uma maneira interpretativa, o capítulo três da Medida Provisória que trata do Conhecimento Tradicional Associado. Edi Freitas não concordou com esse formato de seminário.

Simone, da EMBRAPA, ressaltou que são temas bem complexos, com várias interpretações e que pode-se chegar a lugar nenhum. Lembrou que a própria definição de conhecimento tradicional já suscita muitas interpretações controversas.

Ana Gita insistiu que esses temas complexos deveriam ser elencados, que tratar deles seria considerado um grande avanço, mesmo que não se chegue a um consenso.

Edi Freitas manifestou que é preciso amadurecer os conhecimentos, para formar os conceitos, a partir do que a própria sociedade está pensando.

Os presentes decidiram suspender o seminário e passaram a discutir os “gargalos” com os quais a Câmara se defronta. Foram destacados, nessa ordem: anuência prévia;

interface dos temas com os que a Câmara de Acesso e Transferência de Tecnologia vai se deparar; procedimentos relativos ao conhecimento tradicional associado; representatividade institucional e comunitária; remessa de conhecimento tradicional, titularidade; base de dados e propriedade intelectual.

A Conselheira Edi Freitas voltou a insistir na idéia de realização do Seminário, considerando-o como um embrião para a formulação das propostas, a partir da visão das comunidades locais sobre esses temas complexos. Com a insistência da Conselheira, os participantes voltaram atrás (da decisão de suspender o Seminário) e decidiram que, paralelamente à identificação dos "gargalos", a idéia do seminário seria mantida.

Foi proposto que, ao invés de formatar o Seminário durante reunião do GT criado para esse fim, a Conselheira Edi de Freitas, individualmente, faria uma primeira formatação com a idéia que fazia do evento, para apresentá-la na próxima reunião da CTCTA.

A próxima reunião, está marcada para o dia 26 de agosto, às 9h30min, sendo que até o dia 21 os participantes da Câmara deverão enviar para a Coordenação das Câmaras Temáticas, propostas de identificação dos gargalos, com mais informações e Ligia Camargo ficará de reenviar aos participantes proposta consolidada para discussão dos temas na próxima reunião.